

FIEA

Federação das
Indústrias do Estado
de Alagoas

IEL

Instituto
Euvaldo
Lodi

PANORAMA ECONÔMICO

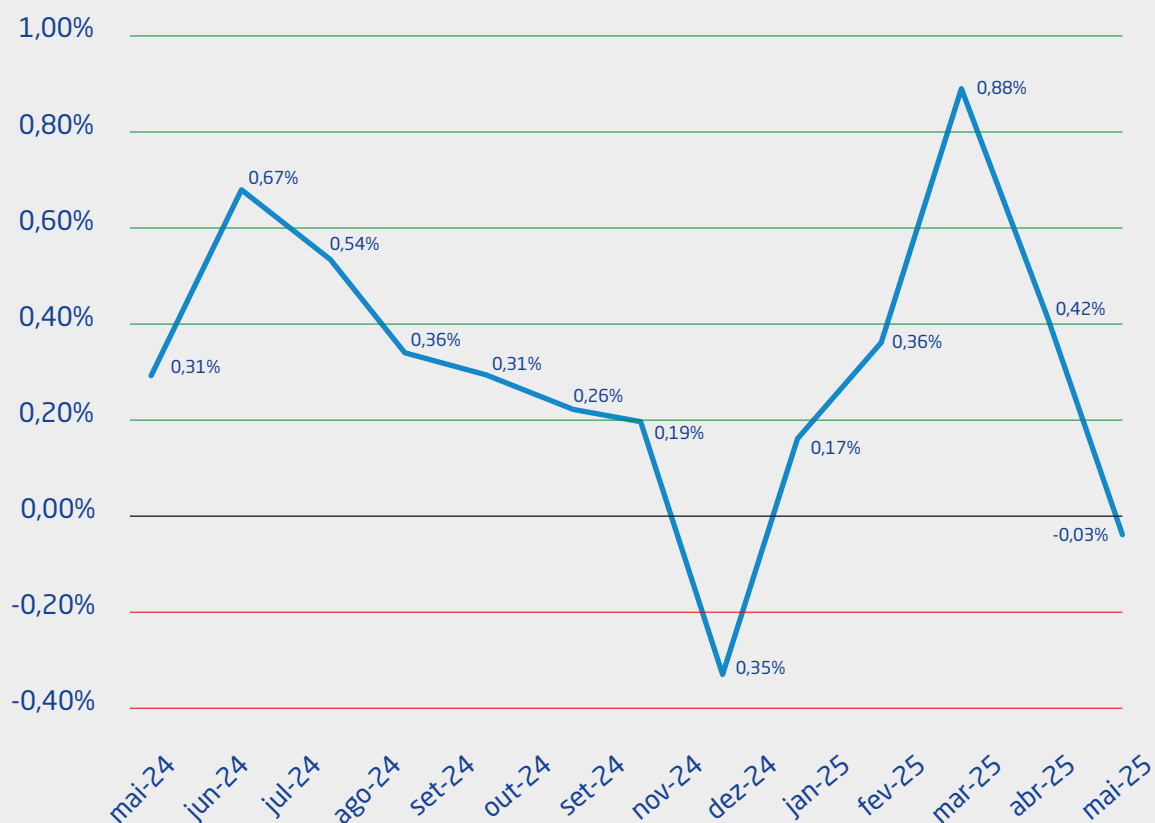
Dados referentes a maio de 2025



PIB do Brasil dá sinais de desaceleração

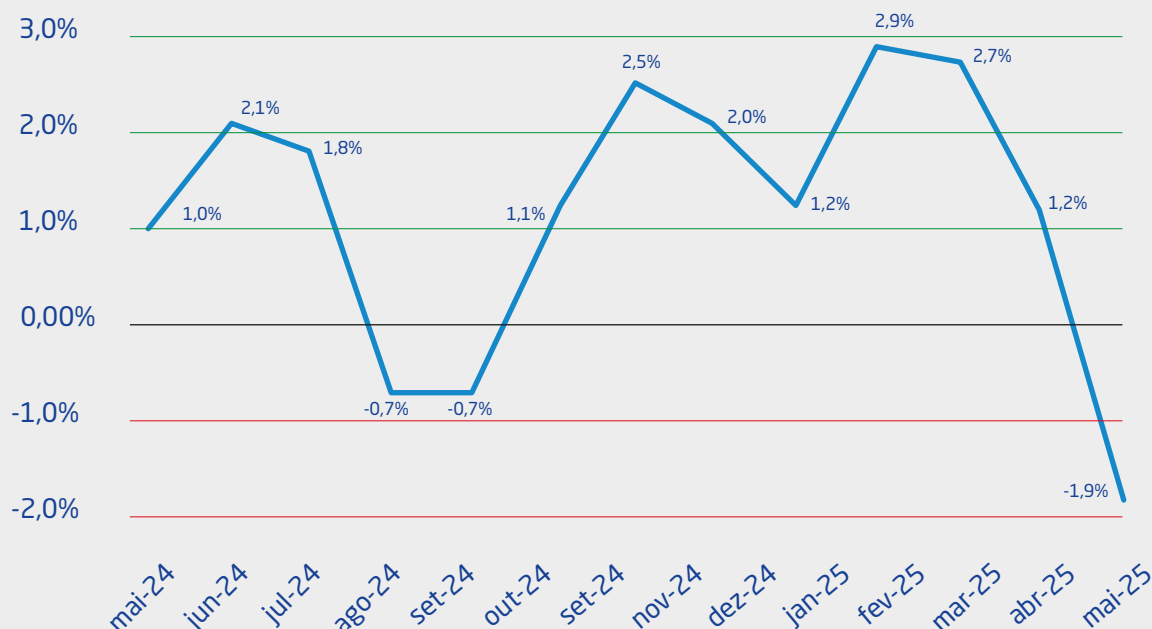
O IBC-Br tem apresentado um comportamento moderadamente favorável no início de 2025, com variações mensais positivas entre janeiro e abril, seguidas por uma leve retração em maio (-0,03%). Essa oscilação, após um pico de crescimento em março (+0,88%), sugere que, embora a economia tenha mantido algum dinamismo no início do ano, há indícios de perda de fôlego.

Gráfico nº 1 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central - média móvel trimestral - dessazonalizado - maio/24 a maio/25.



Elaboração: Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA

Gráfico nº 2 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Agropecuária
- média móvel trimestral - dessazonalizado - maio/24 a maio/25



Elaboração: Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA

A análise dos gráficos aponta para uma tendência de desaceleração da atividade econômica, especialmente ao observar que o crescimento setorial perde intensidade e que os efeitos dos estímulos anteriores parecem se esgotar.[1]

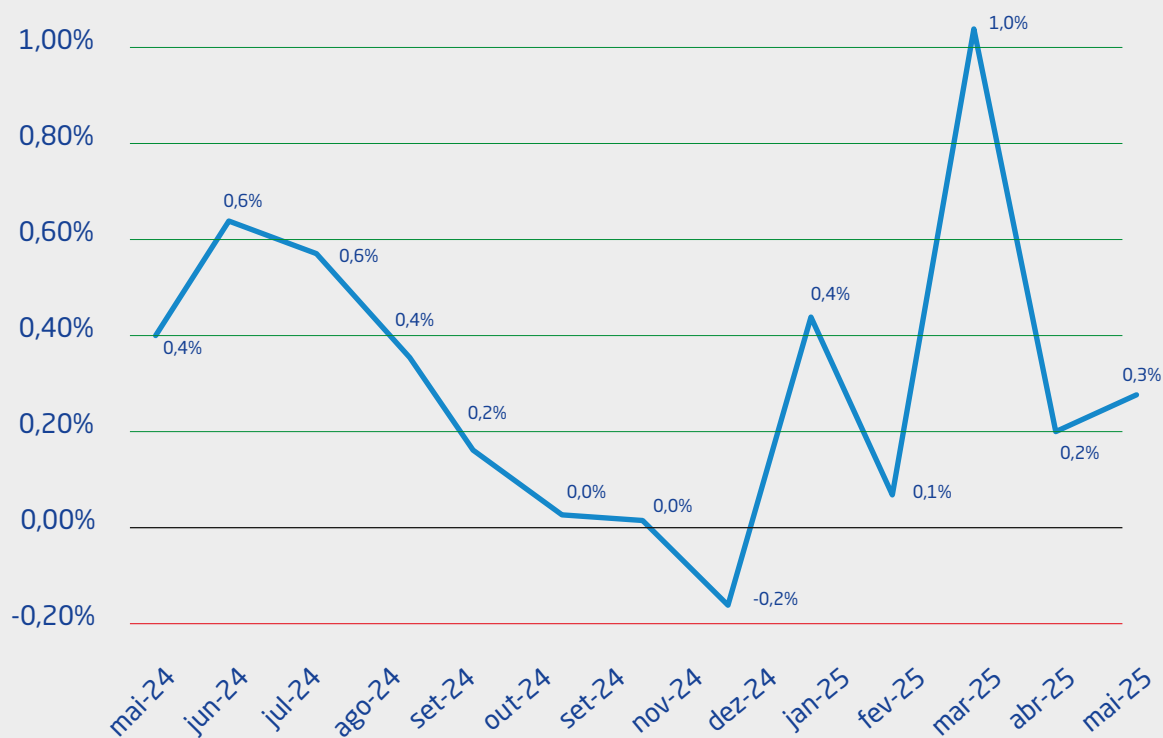
Ao ponderar os IBCs setoriais pelas participações no PIB de 2023 (Agropecuária: 6,8%; Indústria: 23,9%; Serviços: 69,3%), verifica-se que o setor de serviços continua sendo o principal vetor do índice geral. No entanto, suas variações mensais são modestas (+0,23% em abril e +0,14% em maio), o que limita a capacidade de sustentação do IBC-Br.

[1] SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

A agropecuária, apesar de apresentar oscilações acentuadas, contribui pouco para a dinâmica agregada. Já a indústria mostra sinais de estagnação, com crescimento reduzido ou nulo nos últimos meses. Além disso, dados do ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial) da CNI[2] revelam uma piora da percepção dos industriais em julho de 2025: a confiança caiu em 21 dos 29 setores industriais e apenas seis setores seguem confiantes, frente a 23 que registram falta de confiança.

Setores relevantes como metalurgia (45,6), informática e eletrônicos (44,0) e produtos de minerais não-metálicos (43,3) estão entre os mais pessimistas. A indústria de transformação, como um todo, caiu para 47,7 pontos, reforçando o quadro de retração de expectativas.

Gráfico nº 3 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Indústria
- média móvel trimestral - dessazonalizado - maio/24 a maio/25.



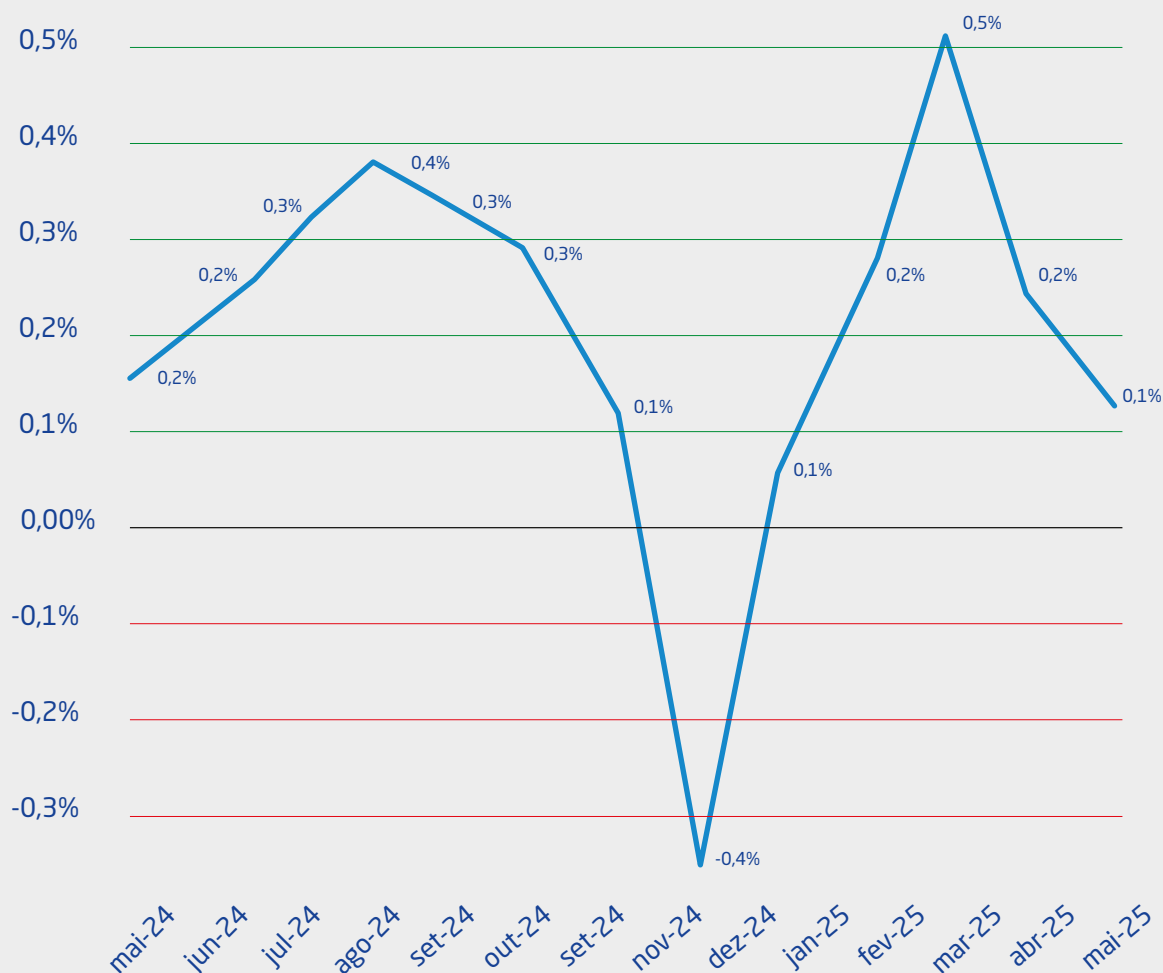
Elaboração: Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA

A evolução do IBC-Br no período também é influenciada por variáveis macroeconômicas relevantes. A taxa de desemprego, que segue em queda (6,2% em maio de 2025), contribui positivamente ao sustentar o consumo das famílias, sobretudo nos serviços. Soma-se a isso o fato de que, entre janeiro e maio de 2025, a massa salarial real acumulou crescimento de 4,4%, ampliando a renda disponível e contribuindo para alguma sustentação da demanda interna. Contudo, mesmo com esse impulso, a atividade econômica não respondeu com a mesma intensidade, sinalizando que os efeitos positivos sobre o consumo estão sendo parcialmente compensados por outros fatores restritivos.

[\[2\] ICEI-setorial_Jun25.indd](#)

A política monetária permanece em campo restritivo, com a taxa Selic ainda elevada (10,5% em maio de 2025). Esse nível de juros restringe o crédito, desestimula o investimento privado e compromete o desempenho da indústria e do comércio. Ao mesmo tempo, a inflação apresenta resistência à queda, o que limita a margem de manobra do Banco Central para acelerar a flexibilização monetária. A persistência de juros altos, em um contexto de desaceleração da atividade, aprofunda a tendência de perda de dinamismo evidenciada no IBC-Br.

Gráfico nº 4 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central - média móvel trimestral - dessazonalizado - maio/24 a maio/25.



Elaboração: Núcleo de Pesquisa I EL/FIEA

Por fim, os gastos públicos, embora tenham contribuído para amortecer os efeitos da política monetária restritiva em 2024, apresentam sinais de contenção diante das pressões fiscais e das exigências do novo arcabouço. A desaceleração do investimento público, somada à redução dos efeitos multiplicadores de políticas expansionistas anteriores, reforça o diagnóstico de que a economia brasileira entra, no primeiro semestre de 2025, em uma fase de crescimento mais moderado. Assim, o IBC-Br, ao refletir essa conjuntura de menor ímpeto nos setores produtivos e de limitação das políticas de estímulo, aponta para uma trajetória de desaceleração da atividade econômica.

BC sinaliza com manutenção da Selic de 15% em 2025

O mercado projeta a manutenção da Selic em 15% ao ano até o final de 2025, com possibilidade de redução a partir do primeiro trimestre de 2026, quando a taxa poderia recuar para 14,5% ao ano[3]. Segundo o Banco Central, a justificativa para essa pausa é a persistência da inflação, medida pelo IPCA, que deve encerrar o ano em 5,1%, acima do centro da meta de 3%. As estimativas coletadas na pesquisa semanal Focus do BCB apontam para inflação de 4,5% e 4,2% nos horizontes de 12 e 24 meses, respectivamente. Quanto à inflação implícita (252 dias úteis)[4], calculada a partir da diferença entre as taxas dos títulos públicos prefixados e dos indexados ao IPCA com mesmo vencimento, encontra-se em 4% ao ano, sinalizando um ritmo mais consistente de desinflação.

Nos últimos meses, o IPCA tem revelado trajetórias diferenciadas entre os grupos de bens comercializáveis, não comercializáveis e monitorados, evidenciando a heterogeneidade dos fatores que condicionam a inflação[5]. Entre os bens comercializáveis, destaca-se a recente desaceleração dos

alimentos consumidos no domicílio. Em junho, o grupo Alimentação e bebidas foi o único a apresentar variação negativa (-0,18%), interrompendo uma sequência de nove meses de alta. A queda foi puxada, principalmente, pelos preços de ovos (-6,58%), arroz (-3,23%) e frutas (-2,22%), refletindo tanto o comportamento cíclico dos preços agrícolas quanto o alívio de pressões de oferta. Ainda assim, no acumulado do ano, a alimentação registra elevação de 3,69%, sinalizando que a reversão inflacionária nesse segmento ainda é incipiente.

Em contraste, os bens e serviços não comercializáveis continuam a apresentar maior persistência inflacionária, sobretudo nos segmentos de serviços pessoais e saúde. A alimentação fora do domicílio, por exemplo, manteve crescimento em junho (0,46%), com destaque para o lanche (0,58%) e a refeição (0,41%). Apesar da desaceleração observada no grupo Saúde e cuidados pessoais (0,07%), esse componente acumula alta expressiva no ano (3,46%), impulsionado por reajustes em planos de saúde e medicamentos. Tais dinâmicas revelam a rigidez característica dos serviços, cuja precificação é menos sensível ao ciclo monetário, pois incorpora pressões estruturais, como custos salariais e logísticos, que tendem a responder lentamente às variações da demanda.

[3] SGS - Sistema Gerenciador de Séries Temporais

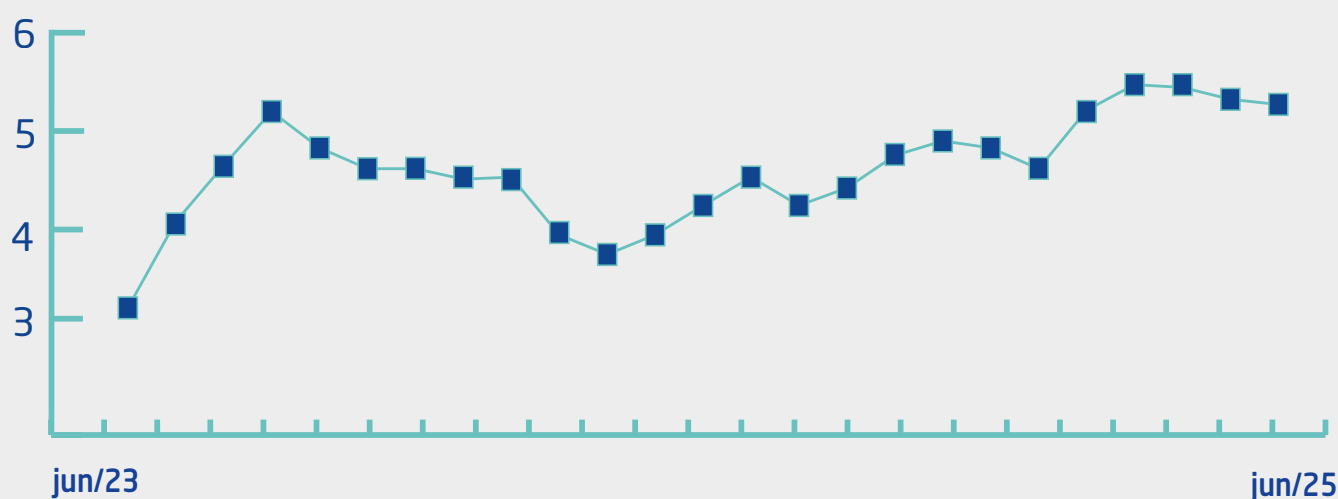
[4] ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

[5] Indicadores IBGE

Já os preços monitorados configuram-se como o principal foco de pressão inflacionária recente, com destaque para a energia elétrica residencial, que registrou alta de 2,96% em junho, influenciada pela adoção da bandeira tarifária vermelha e por reajustes regionais. Esse item respondeu por 0,12 ponto percentual do IPCA do mês e acumula aumento de 6,93% no ano — a maior variação para um primeiro semestre desde 2018. Outros componentes monitorados, como água e esgoto, também contribuíram significativamente, refletindo decisões regulatórias e políticas tarifárias.

Nesse contexto, torna-se evidente a limitação da taxa básica de juros (Selic) como instrumento exclusivo de contenção inflacionária. Embora eficaz na moderação da demanda e, conseqüentemente, dos preços de bens comercializáveis e parte dos serviços, a Selic tem alcance restrito sobre itens com formação de preços inelástica, como os monitorados e os serviços essenciais. Assim, o controle da inflação exige a articulação de medidas complementares de natureza regulatória, fiscal e setorial, capazes de atuar diretamente sobre essas fontes específicas de pressão.

Gráfico N° 5 - IPCA (acumulado 12 meses) - junho/23 a junho/25 - IBGE



Fonte: IPCA/IBGE - Portal de Finanças - Índice nacional de preços ao consumidor

Elaboração: Núcleo de Pesquisa IEL/FIEA



A produção industrial brasileira *em maio de 2025*

Em maio de 2025, a indústria brasileira manteve a trajetória de enfraquecimento observada desde o início do ano, registrando queda de 0,5% na comparação com abril, já descontados os efeitos sazonais. O recuo, o mais intenso desde novembro de 2024, foi amplamente disseminado, afetando 56% dos ramos e 60% dos parques industriais, com destaque negativo para as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Sul, além dos estados de São Paulo e Amazonas. Setorialmente, os maiores impactos vieram dos bens de consumo duráveis (-2,9%) e de capital (-2,1%), sensíveis à política monetária restritiva, enquanto os bens intermediários estagnaram (+0,1%) e os bens semi e não duráveis caíram (-1,0%), influenciados por combustíveis, vestuário e alimentos.

Embora a comparação interanual ainda indique crescimento, este tem perdido vigor, passando de +3,9% no 3º trimestre de 2024 para +1,4% no bimestre abril-maio de 2025. Ressalta-se o encolhimento da produção de bens de capital (-1,4%) e de bens semi e não duráveis (-4,4%) nesse bimestre, enquanto os bens duráveis, apesar de avanço interanual de +8,2%, revelam sinais de arrefecimento. Bens intermediários seguem como o único macrossetor com melhora consistente no ano (+3,7%), sustentado pelo petróleo e pela siderurgia.[6]

[6] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Tabela nº 1 - Variação da Produção Industrial - Maio 2025 (%)

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,5	3,3	1,8	2,8
Bens de Capital	-2,1	0,8	1,9	7,9
Bens Intermediários	0,1	5,4	2,3	2,6
Bens de Consumo	-1,7	-0,5	0,4	2,4
Bens de Consumo Duráveis	-2,9	15,4	10,0	13,6
Semiduráveis e não duráveis	-1,0	-2,9	-1,2	0,7
Extrativa Mineral	0,8	8,7	3,2	0,3
Transformação	-0,4	2,3	1,6	3,3

Fonte: IBGE

Tabela nº 2 - Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2024							2025					
	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
IGP-DI	0,50	0,83	0,12	1,03	1,54	1,18	0,87	0,11	1,00	-0,50	0,30	-0,85	-0,80
INCC-DI	0,71	0,72	0,70	0,58	0,68	0,40	0,50	0,83	0,40	0,39	0,52	0,58	0,69
IGP-M	0,81	0,61	0,29	0,62	1,52	1,30	0,94	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67
IPC-M	0,46	0,30	0,09	0,33	0,42	0,07	0,12	0,14	0,91	0,80	0,46	0,37	0,22
IPA-M	0,89	0,68	0,29	0,70	1,94	1,74	1,21	0,24	1,17	-0,73	0,13	-0,82	-2,53
INCC-M	0,93	0,69	0,64	0,61	0,67	0,44	0,51	0,71	0,51	0,38	0,59	0,26	0,96
IPC-FIPE	0,26	0,06	0,18	0,18	0,80	1,17	0,34	0,24	0,51	0,62	0,45	0,27	-0,08
INPC	0,25	0,26	-0,14	0,48	0,61	0,33	0,48	0,00	1,48	0,51	0,48	0,35	0,23
IPCA	0,21	0,38	-0,02	-0,44	0,56	0,39	0,52	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,24

Fontes: Ipeadata e Bacen

Tabela nº 3,4 e 5 - Indicadores de Confiança

	Indicadores de Confiança I			Indicadores de Confiança II	
	Indicadores do Cenário Externo			Meses	Risco Brasil
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$		
JUN/24	4,34	81,44	2 329,48	SET/23	206
JUL/24	3,82	77,02	2 424,01	OUT/23	202
AGO/24	3,76	72,95	2 580,52	NOV/23	200
SET/24	4,21	74,14	2 674,35	DEZ/23	195
OUT/24	4,28	72,65	2 699,11	JAN/24	201
NOV/24	4,53	73,05	2 629,95	FEV/24	210
DEZ/24	4,56	79,06	2 861,00	MAR/24	207
JAN/25	4,56	76,32	2 883,00	ABR/24	212
FEV/25	4,25	73,05	2 951,00	MAI/24	211
MAR/25	4,46	62,45	3 265,00	JUN/24	229
ABR/25	4,53	64,41	3 287,00	JUL/24	227
MAI/25	4,28	65,62	3 355,00		
JUN/25	4,37	68,61	3 400,00		

Fonte: Ipeadata

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos 12 meses	Taxa de Juros Selic (% a.a.)	Taxa Real Esperada Selic (a.a.)
JUN/24	5,56	11,18	3,60	7,32	4,23	10,40	5,92
JUL/24	5,66	11,38	3,71	7,40	4,50	10,40	5,65
AGO/24	5,66	11,74	3,87	7,58	4,24	10,40	5,91
SET/24	5,45	12,17	3,95	7,91	4,42	10,40	5,73
OUT/24	5,78	12,67	4,33	7,99	4,76	10,65	5,62
NOV/24	6,05	13,85	4,69	8,75	4,87	11,15	5,99
DEZ/24	6,19	15,39	5,12	9,77	4,83	12,15	6,98
JAN/25	5,83	14,95	5,80	8,65	4,56	12,15	7,26
FEV/25	5,85	15,03	5,50	9,03	5,06	13,15	7,70
MAR/25	5,74	15,09	5,00	9,61	5,48	14,15	8,22
ABR/25	5,66	14,48	4,90	9,13	5,53	14,15	8,17
MAI/25	5,71	14,64	4,88	9,31	5,32	14,65	8,86
JUN/25	5,46	14,69	5,10	9,12	5,35	14,90	9,07

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)

Referências

**BCB: SGS - Sistema Gerenciador
de Séries Temporais**

IBGE: IBGE | Portal do IBGE | IBGE

**IBGE: IPCA/IBGE - Portal de Finanças -
Índice nacional de preços ao consumidor**

**IEDI: IEDI - Instituto de Estudos
para o Desenvolvimento Industrial**

**CNI: Sondagem Industrial -
Portal da Indústria - CNI**

**ELABORAÇÃO:
DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL, INOVAÇÃO E
PESQUISA - FIEA/IEL**

GERENTE
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ESTAGIÁRIOS
ÉRIKA GISELLA DE ALMEIDA SANTOS
KARINE FERREIRA DOS SANTOS
PABLO HENRIQUE COSTA FRANCIOLLY FONSECA
RUAN WESLLEY DE BARROS SILVA
VANIelly CLESIA SANTOS DE ALMEIDA

DIAGRAMAÇÃO
YASMIN NAYARA DE ARAÚJO COSTA

ANALISTA
MORGANA MARIA MACHADO MOURA

REVISÃO
TALITA MARQUES DA COSTA

AUTOR
REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR

CONSULTORA
DÉBORA JUSTINO DOS SANTOS

**INSTITUTO EUVALDO LODI -
IEL**

DIRETOR REGIONAL
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

SUPERINTENDENTE
HELVIO BRAGA VILAS BOAS

**GERENTE DE DESENV. EMPRESARIAL,
INOVAÇÃO E PESQUISA**
ELIANA MARIA DE OLIVEIRA SÁ

ALAGOAS - FIEA

PRESIDENTE
JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE

1º VICE PRESIDENTE
JOSÉ DA SILVA NOGUEIRA FILHO